



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ALTO JURUÁ

Alto Juruá, Amazonas.
Dezembro de 2006



SDT
Secretaria de
Desenvolvimento
Territorial

Páginas

APRESENTAÇÃO.....	03
1. PTDRS ALTO JURUA: Diretrizes de um processo.....	03
2. DIAGNOSTICO DO TERRITORIO DO ALTO JURUA.....	06
2.1 Localização e Acesso.....	06
2.2 Aspectos Históricos.....	07
2.3 População.....	08
2.4 Serviços Públicos e Infra-estrutura.....	09
2.5 Atividades econômicas.....	12
2.6 Indicadores de Desenvolvimento Humano.....	13
2.7 Utilização da Terra.....	14
2.8 Agricultura Familiar no Território.....	15
3. O PTDRS DO ALTO JURUA.....	17
3.1 Visão de Futuro.....	17
3.2 Auto-Diagnostico.....	18
3.3 Eixos Aglutinadores.....	18

O presente Plano é fruto do amadurecimento do processo de conhecimento da realidade do território do Alto Juruá pelos Agentes de Desenvolvimento Territorial. As linhas apresentadas a seguir tiveram por base e inspiração as atividades desenvolvidas no território supramencionado de maio de 2004 até a presente data, que envolve a realização das oficinas territoriais e a elaboração do Estudo Propositivo para Dinamização das Economias. Assim, ele tem na prática, na vivência cotidiana a sua âncora.

No primeiro ponto do relatório faremos uma breve incursão sobre o processo metodológico que vem resultando no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, ou seja, seguiremos os parâmetros e os subsídios que vem balizando as discussões estratégicas do território. Em seguida, faremos uma apresentação do Pré-Diagnóstico do território de desenvolvimento sustentável Manaus e Entorno, no qual abordaremos os principais aspectos geradores das propostas do plano. Por fim, acompanharemos os passos do plano em si do território, através da exposição das propostas planejadas.

1 PTDRS ALTO JURUA: Diretrizes de um processo

Atualmente na sociedade brasileira presenciamos a valorização de algumas temáticas, consideradas estratégicas na construção do desenvolvimento sustentável, das quais podemos citar a cidadania, os direitos humanos, a participação social, o planejamento, a democracia, entre outros. Não obstante, essas temáticas expressam a vontade/desejo da sociedade dos nossos dias, diferentemente de outros períodos/momentos históricos em que prevalecia a concentração das decisões nas mãos de uma minoria.

Contudo, é importante frisar que mesmo consideradas unânimes, a partir da forma/maneira como são implementadas, essas temáticas podem se tornar mero discurso, ou ainda se tornar um poderoso instrumento de manipulação e meio de reviver práticas conservadoras. De outro modo, ouvimos freqüentemente, dos mais variados setores, partidos, ideólogos, a necessidade de promover a cidadania, a urgência de garantir os direitos humanos, de assegurar a participação da população e de utilizar o planejamento como instrumento para pensar o futuro da sociedade, porém é a forma/maneira como são implantadas as ações que nos permite afirmar se elas colaboram ou não com a construção de uma sociedade edificada na justiça.

Das temáticas aludidas acima destacamos, no processo de construção do PTDRS Alto Juruá, a participação, enquanto elemento que possibilita a legitimidade/pertinência das propostas e a apropriação pelos agentes de desenvolvimento territorial. Registre-se, que compreendemos a participação como tomar parte de algo, de outro modo, em que a sociedade toma parte das decisões.

A participação para a SDT/MDA está inserida no eixo estratégico adoção de princípios e práticas da gestão social¹. Em seus documentos referenciais a gestão social significa “uma certa maneira de gerir assuntos públicos”, que para materializar-se de forma exitosa pressupõe sistemas descentralizados, baseados em forte participação e do estabelecimento de parcerias e de articulações em rede. Pensar esses aspectos inseridos na dinâmica da estratégia territorial requer a articulação entre os diferentes setores da sociedade (público e privado), que permitam pactos de concertação social, o detalhamento do pacto em um plano de desenvolvimento negociado, a construção de institucionalidades que representem espaços de compartilhamento do poder e das responsabilidades e o estabelecimento de mecanismos de controle social sobre as ações previstas no plano. Dessa forma, para que a gestão social aconteça é necessário um ambiente de descentralização política e administrativa e uma sociedade empoderada.

Em decorrência disso, utiliza-se na estratégia de desenvolvimento territorial uma pedagogia que estimule a participação social e a superação de processos assistencialistas. Nesses termos, “Participar da gestão é, principalmente, contribuir para o processo de decisão sobre as questões estratégicas do desenvolvimento, pois é nele que o indivíduo reforça sua auto-estima, posicionando-se como sujeito, vivenciando uma dimensão essencial da cidadania”.

Como compreendemos a gestão social como um processo, ela se desdobra em um conjunto de macroprocessos. Essa idéia, na estratégia de desenvolvimento territorial, está organizada em ciclos, conforme figura abaixo. Nele está contido a sensibilização e a mobilização dos atores locais, caminhando pela construção da visão compartilhada de futuro e do diagnóstico participativo, passa pelo planejamento e seu desdobramento em planos e projetos específicos, estende-se ainda pela articulação das políticas e instrumentos necessários para dar vida a esse plano, e por fim desencadeia os momentos de monitoramento e avaliação, os quais, por sua vez, sempre irão ensejar a atualização daquela visão de futuro, os diagnósticos sobre seus entraves, e assim sucessivamente. Note-se que não existe um local correto para o início do ciclo de gestão social, mas é imprescindível garantir o planejamento, a organização e o controle social.

¹ Note-se que a ação da SDT/MDA está apoiada em três eixos estratégicos, a saber: Organização e o fortalecimento dos atores sociais, Adoção de princípios e práticas da gestão social, Promoção da implementação e integração de políticas públicas.



É importante frisar que no ciclo acima a prioridade não está, exclusivamente, no planejamento do desenvolvimento rural, mas fundamentalmente na gestão social das iniciativas territoriais. Assim, substitui-se o foco do plano para investir no processo, no qual o planejamento está inserido. Para a SDT/MDA ocorre que “em vez de fomentar apenas a origem de bons planos (que no mais das vezes ficavam restritos ao papel), pretende-se apoiar processos de mobilização social onde este momento do planejamento continua sendo fundamental, mas aparece agora subordinado e vinculado a outros macroprocessos capazes de lhe conferir mais vida e aderência às expectativas dos agentes locais”.

Nesses termos, persegue-se na edificação do PTDRS do Alto Juruá:

- Constituir-se como instrumento de gestão do desenvolvimento territorial, garantido flexibilidade para os ajustes pertinentes;
- A construção de forma participativa e, assim, ser fortemente apropriado pelos atores territoriais;
- O caráter multidimensional e multi-setorial, oferecendo as condições necessárias para a atração de

investimentos diversos e com características inovadoras;

- Assumir mecanismos de monitoramento e avaliação a partir de informações geradas nos territórios, de forma a efetivar um processo contínuo de revisão e amadurecimento e aperfeiçoamento de suas diretrizes e propostas.

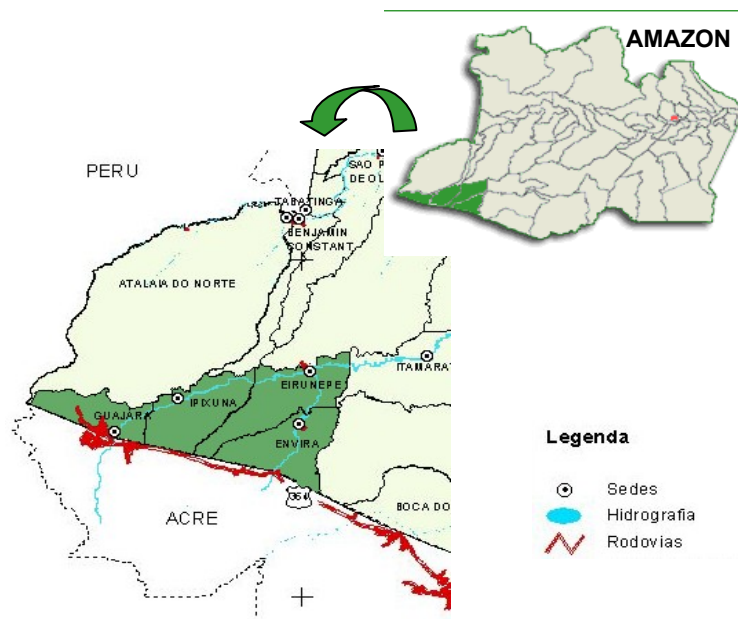
2 DIAGNOSTICO DO TERRITÓRIO DO ALTO JURUA

2.1 Localização e Acesso

O desenho do território do Alto Juruá, discutido no âmbito do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS, compreende a extensão dos municípios de Eirunepé, Envira, Guajará e Ipixuna. Para buscar viabilizar o trabalho territorial com essas especificidades a CIAT definiu organizar o território em: o *sub-território Médio Juruá* congregando Eirunepé e Envira e o *sub-território do Alto Juruá* com Guajará e Ipixuna. A

denominação Alto Juruá decorre do Rio sinuoso que atravessa a região, que nasce no Peru, tem 3.000 quilômetros de extensão, configurando-se como um dez maiores do planeta, conforme figura ao lado.

O Território do Alto Juruá apresenta um baixo grau de integração ao restante do Estado do Amazonas, o que pode ser compreendido pelas enormes distâncias (média de 1.328,75 km em linha reta) e pela precariedade das vias de acesso que ligam os municípios do Território à Manaus, capital do Estado. Em contrapartida, o território está próximo a municípios do Acre, o que faz com que haja uma maior relação entre os municípios do território e os acreanos.



A área do território ocupa 51.671 km², o que representa 3,3% do total do estado (1.570.746 Km²), apresentando os seguintes limites geográficos:

- Norte:** municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Jutai -AM;
- Sul:** Estado do Acre;
- Leste:** municípios de Itamarati e Pauini – AM;
- Oeste:** município de Atalaia do Norte – AM.

Dessa extensão 30,6% ou 27.723,6 km² estão protegidas por meio de unidades de conservação e áreas indígenas, conforme tabelas abaixo:

Quadro 1 – Áreas indígenas do território do Alto Juruá

TERRAS INDÍGENAS	ETNIA	POP.	EXTENSÃO (ha)	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO
Cacau do Tarauacá	Kulina	230	28.367	Envira	registrada
Kanamari do Rio Juruá	Kanamari	496	596.433 *	Eirunepé, Itamarati e Pauini	registrada
Mawétek	Kanamari	207	115.492	Eirunepé	registrada
Total		933	768.659		

Fonte: Estudo Propositivo para Dinamização Econômica do Território do Alto Juruá (2006)

2.2 Aspectos Históricos

A região teve em sua história momentos de grande expressão no contexto econômico nacional, especialmente no período áureo² da borracha que trouxe grande ocupação de mão-de-obra, principalmente de origem nordestina e que após a queda do preço do produto, enfrentou grandes crises obrigando parte da população concentrada na zona rural a mudar-se para as sedes dos municípios.

Os primeiros registros do município de Eirunepé datam do ano de 1892, na Lei Estadual nº33, que prevê a inclusão da região de Eirunepé no município de São José do Juruá. Em 1931, pelo Ato Estadual nº 317, o município recebe o nome de João Pessoa. Na divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município se compõe de um só distrito. Em 1943, pelo Decreto-Lei Estadual nº 1.186, o município e o distrito sede passam a denominar-se Eirunepé e em 1955, pela Lei Estadual nº 96, são desmembradas as partes de seu território que passam a constituir os novos municípios de Envira e Ipixuna.

² Período de grande prosperidade econômica na região, onde os donos de seringais ostentavam grandes riquezas, porém, os seringueiros e suas famílias viviam em estado de semi-escravidão.

JÁ a denominação do município de Envira originou-se do rio Envira, principal afluente do Tarauacá. A história do município de Envira pode ser descrita com a trajetória social e política de um povo de raízes nordestinas, com a participação de remanescentes indígenas e alguns imigrantes de outros locais. Datam de meados do século XIX as penetrações pelo rio Juruá acima, chegando até a região onde se encontra Envira, promovidas pelos desbravantes dos primeiros seringais nativos do ciclo da borracha. Desta época até o término da II Guerra Mundial, quando cessou a vinda da última grande leva migratória, dos conhecidos “soldados da borracha”, os nordestinos representaram a principal força de trabalho e ocupação territorial da região, enquanto as populações indígenas foram gradativamente diminuindo, às margens do rio Tarauacá, afluente do Juruá. Em 1955, pela Lei Estadual nº 96, foi criado o município de Envira, com território desmembrado dos municípios de Eirunepé e Carauari. Em 1956 instala-se o município, mas sua sede municipal, antes prevista para o local conhecido como “Aracati”, só é inaugurada em 1962, com a fundação oficial da cidade de Envira.

As terras pertencentes ao atual município de Guajará foram, em 1957, pelo Decreto-Lei nº 05, desapropriadas e entregues à comunidade. Neste momento fizeram a troca do nome de Guajará para Canamari, em homenagem aos índios que habitavam próximo à localidade. Em 1979, foi elevado à categoria de Vila, pelo Prefeito Sr. Edson Herculano Lima, que pertencia ao município de Ipixuna, quando vários benefícios chegaram a essa população. Em 1986, a vila Guajará permanecia ainda sob o comando de Ipixuna. Em 1987, na criação do município, pelo Decreto nº 1.831, houve polêmica devido ao nome que havia sido mudado para Canamari, o qual não recebeu simpatia da maioria, retornando para “Guajará”, que significa “uma árvore”.

O nome do município de Ipixuna veio do rio Ipixuna, um dos principais afluentes do Juruá, com extensão de cerca de 300 km. Ipixuna, em língua indígena significa “água escura”, denominação que lhe foi dada pelos índios Catuquinas, Curinas e Canamaus. Em meados do século XIX dá-se a fixação de estrangeiros no território atual do município. Em 1877, têm-se notícias de fixação de cearenses no rio Juruá. Em 1883, ocorre o povoamento de Riozinho (localizado no centro do atual município). Em 1955, pela Lei Estadual nº 96, é criado o município de Ipixuna desmembrado do município de Eirunepé. Em 1956, dá-se a instalação do novo município, tendo seu primeiro prefeito, nomeado pelo governo do estado, o Sr. Domingos Barbosa Filho. Em 1958 Ipixuna é enquadrado entre os municípios considerados “Área de Segurança Nacional”.

2.3 População

A formação demográfica do Alto Juruá deriva, majoritariamente, dos descendentes de nordestinos, que vieram para região no período áureo da borracha, o caboclo da região e os remanescentes das

comunidades indígenas. A população indígena do Território é de aproximadamente 933 índios, dos quais a maioria pertence às etnias kunamari e kulina.

A população total do território é de 73.113 habitantes, que corresponde a 2,6% da população total do Estado que é de 2.812.557. com 51% da população concentrada na zona rural. Parte dessa população está em total isolamento, com distância de 10 km até a sede dos municípios ou até entre um ribeirão e outro. O município mais populoso do território é Eirunepé, com 26.074 habitantes, que corresponde a 35,7% da população total do território.

Quadro 2 - Área, População e Índices Demográficos.

Municípios	Área (Km ²)	População Residente (hab.)			Índices Demográficos		
		Total	Urbana	Rural			
Eirunepé	15.831,6	26.074	16.781	9.293	1,6	64,4	98,2
Envira	13.369,3	19.060	6.745	12.315	1,4	35,4	101,0
Guajará	8.904,2	13.220	6.220	7.000	1,5	47,0	110,3
Ipixuna	13.565,9	14.759	5.765	8.994	1,1	39,1	116,0
a) Tot. Território	51.671	73.113	35.511	37.602	1,4	48,6	106,4
b) Tot. Estado	1.570.746	2.812.557	2.107.222	705.335	1,8	74,9	72,8
c) % de a/b	3,3	2,6	1,7	5,3	-	-	-

Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE), Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD)

Comparando-se os dados da população recenseada em 1991 e 2000, verifica-se que o Território teve uma taxa de crescimento média anual de 2,8%. Os dados das estimativas populacionais do IBGE para o ano de 2005, apontam, entretanto, uma redução da população total do Território (72.364 habitantes).

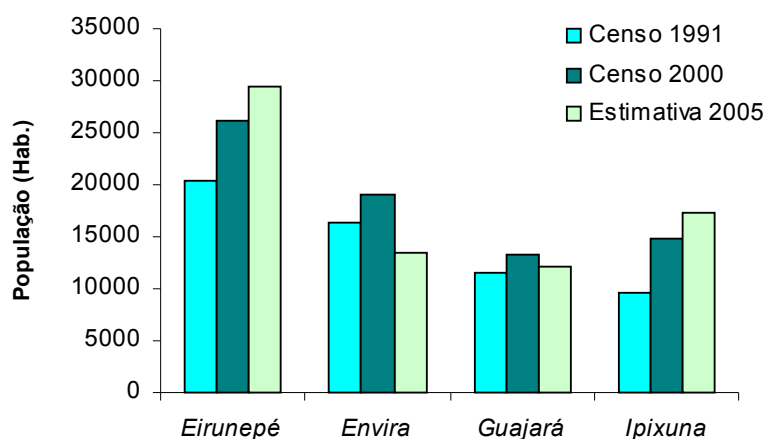


Figura 1 – Crescimento populacional no Território.

Conforme o Quadro 4, a maioria da população do Território está localizada na área rural, 51,4% do total. A densidade demográfica é de 1,4 hab/Km², índice abaixo da densidade do Estado e do País, 1,8 e 59,0 hab/km², respectivamente.

2.4 Serviços Públicos e Infra-Estrutura

Saúde

O sistema de saúde do território é bastante precário, uma vez que o número de profissionais é ainda insuficiente para atender a demanda do território. A Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) coordena, executa, supervisiona e avalia as ações básicas de saúde através dos postos de saúde nas áreas rural e urbana. Além dos postos de saúde, os municípios contam com Unidades Mistas de Saúde do Estado e com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) que desenvolve as ações relativas ao controle de endemias.

As Unidades Mistas prestam atendimento de natureza hospitalar e ambulatorial. Em Eirunepé, a Secretaria de Estado da Saúde (SUSAM) mantém uma Unidade Mista de Referência com capacidade para 80 leitos. Nos demais municípios que compõem o Território, o número de leitos oferecidos é 20.

O atendimento à zona rural é basicamente realizado pelo Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). A assistência médica na zona rural é muito precária devido a extensão da área, que aumenta o custo de deslocamento; grande dispersão da população a ser assistida; falta de meios de transportes e equipamentos; insuficiência de recursos financeiros; e falta de profissionais habilitados.

Educação

Segundo dados da SEPLAN (2004), o número de alunos matriculados na educação básica é de 30.13, sendo que 65,2% são da área urbana. O quadro de docentes do Território apresenta 1.080 professores. Dentro do Território observa-se uma relação média de 28 alunos para 1 professor. Na zona rural existem 144 escolas que oferecem a educação básica. Essas escolas encontram-se normalmente nas comunidades mais povoadas, e o ensino que é oferecido só vai, na grande maioria das vezes, até a quarta série do ensino fundamental. Os jovens para dar continuidade aos estudos têm que migrar para as sedes municipais do Território e/ou para outros centros urbanos maiores, dificilmente retornando para as suas comunidades. Essa tendência tem contribuído para o envelhecimento da população rural.

Quadro 3 – Educação Básica no Território do Alto Juruá.

Município	Educação Básica /2003								
	Alunos			Docentes			Escolas		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Eirunepé	9.537	4.343	13.880	359	143	502	25	27	52
Envira	3.894	3.081	6.975	113	39	202	9	67	76
Guajará	2.681	1.516	4.197	116	85	201	5	9	14
Ipixuna	3.540	1.539	5.079	119	56	175	9	41	50
Total	19.652	10.479	30.131	707	323	1.080	48	144	192

Fonte: SEPLAN, 2004 (Nota: Inclui Rede Estadual, Municipal, Particular e Federal)

Nos últimos anos verifica-se um investimento por parte dos governos federal e estadual, através de inclusão do ensino superior na região. Em 2002, a Universidade Estadual do Amazonas – UEA, apresentava um total de 509 alunos matriculados, com representação nos quatro municípios do Território. A Universidade Federal do Amazonas – UFAM, apresentava um total de 330 alunos matriculados. Nesse período os cursos oferecidos eram basicamente para formação e qualificação de professores. Atualmente, foram criados em Eirunepé campus avançados da UFAM e da UEA.

Quadro 4 – Ensino Superior no Território do Alto Juruá.

Município	Ensino Superior / 2002			
	UFAM		UEA	
	Cursos	Alunos	Cursos	Alunos
Eirunepé	6	280	2	276
Envira	1	50	1	83
Guajará	-	-	1	51
Ipixuna	-	-	1	99
Total	7	330	5	509

Fonte: SEPLAN, 2004

Transporte

O meio de transporte mais comum na região é o fluvial, feito através de barcos regionais, que levam de 15 a 20 dias para realizar o percurso de Manaus até os municípios que compõem território.

Os municípios de Eirunepé, Envira, Guajará e Ipixuna, distam entre si, uma média de 96 horas de viagem de barco. Os barcos de linha não possuem regularidade de viagens, que acontecem esporadicamente de acordo com as necessidades de transporte de pessoas e mercadorias entre os municípios, que, no entanto, ainda não têm relações comerciais bem definidas.

Eirunepé é a única cidade que possui aeroporto, com voo semanal, operado pela Companhia Trips Linhas áreas, que faz o percurso Manaus/Eirunepé. O tempo médio de voo é de 2h30. Os demais municípios possuem apenas pistas de pouso, que suportam apenas aviões de pequeno porte. O município de Guajará é o único que tem acesso por estrada, através rodovia BR-307, que liga o município à Cruzeiro do Sul, no Acre.

Comunicação

O serviço de telefonia no Território é realizado pela TELEMAR, que disponibiliza telefonia fixa, discagem direta a distancia (DDD), discagem direta internacional (DDI) e telefonia rural. No Território não há serviço de telefonia celular. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT mantém agências nas sedes municipais dos quatro municípios que compõem o Território.

Energia Elétrica

A geração e distribuição de energia elétrica no Território é feita pela Companhia Energética do Amazonas – CEAM, que opera com 3 usinas, sendo uma em Eirunepé, com 6 grupos geradores e potência nominal total de 6.600 Kw; outra em Envira, que conta com 3 grupos geradores com capacidade de gerar 1.680 Kw de energia; e uma última em Ipixuna, que também possui 3 grupos geradores, apresentando uma potência nominal total de 1.788 Kw. O município de Guajará é suprido pela Eletroacre.

O número de consumidores atendidos pela CEAM equivale a um total de 7.583 consumidores e o fornecimento de energia é contínuo em todas as sedes municipais, que apresentam, segundo a CEAM um nível de atendimento médio próximo a 90%, enquanto na zona rural a situação se inverte.

2.5 Atividades econômicas

A seringa, que já foi a grande fonte de renda local, está em decadência, porém o governo do Estado, através de subsídios está tentando levantar novamente essa atividade. A grande atividade econômica é a farinha de mandioca, famosa em toda a Amazônia ocidental. O município de Guajará produz uma farinha de boa qualidade, que é vendida para Cruzeiro do Sul/Acre, misturando-se a produção local ganha a denominação de *farinha de Cruzeiro do Sul*, produto conhecido e apreciado em quase toda a região norte.

A pesca artesanal é uma atividade básica do ponto de vista social, principalmente para a população rural que tem nessa atividade um mercado de trabalho garantido. Outros produtos que tem se destacado no território é a cana-de-açúcar, a madeira de área com plano de manejo do município de Eirunepé e a extração de óleos vegetais (andiropa, copaíba e muru-muru).

Quando analisada a Renda Total do Território (Quadro abaixo), verifica-se que a Produção Animal e Vegetal de R\$ 1.857 mil corresponde a aproximadamente de 50% da Renda Total, índice considerado bastante alto, quando comparado com a média do Estado que é de 6,1%.

Quadro 5 – Indicadores econômicos do Território do Alto Juruá.

Municípios	VALORES ABSOLUTOS							
	Renda Total (1)	Renda Per Capita (2)	Produção Animal e Vegetal (3)	Arrecadação de ICMS (R\$ 1000)	Trab. nos estab. Rurais	Trab. nas Empresas com CNPJ	Receita Pública*	
							Total R\$ Mil	de Transf. R\$ Mil
Eirunepé	1.822,00	69,86	267	325.707	3.819	199	7.278.560	6.952.853
Envira	833,00	43,72	197	18.458	4.449	45	4.574.134	4.555.676
Guajará	489,00	36,96	842	8.084	3.805	8	3.479.060	3.470.976
Ipixuna	584,00	39,57	551	4.552	4.516	12	3.760.469	3.755.917
a) Território	3.728,00	47,53	1.857	356.801	16.589	264	19.092.223	18.735.422
b) Estado	489.385,00	174,00	30.541	1.399.466.000	350.439	273.876	2.087.942.599	672.263.281
c) % de a/b	0,8	27,3	6,1	0,0	4,7	0,1	0,9	2,8

(1) Dados de 2000 (em R\$ mil/mês); (2) Dados de 2004 (em R\$ mil/mês) e (3) Dados de 1996 (em R\$ mil/mês). Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE), Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2000) e Anuário Estatístico do Amazonas de 2000.

2.6 Indicadores de Desenvolvimento Humano

Índice de Desenvolvimento Humano

Apesar de estar dentro de uma região rica em recursos naturais, o Território do Alto Juruá apresenta um dos piores índices de desenvolvimento humano, três de seus municípios estão entre os cinco piores do Estado e entre os cinquenta do país, conforme quadro abaixo. Esse fato ocorre, principalmente, devido as maiores distâncias do centro político do Estado. Dessa forma, a dificuldade de acesso e a falta de infra-estrutura básica influenciam diretamente no desenvolvimento do Território, uma vez que poucas políticas públicas e investimentos do setor privado são direcionados a região.

Quadro 6 - Índice de Desenvolvimento Humano

Município	IDH-M	IDH-M por componente		
		Longevidade	Educação	Renda
Eirunepé	0,562	0,621	0,582	0,482
Envira	0,513	0,648	0,489	0,403
Guajará	0,504	0,618	0,520	0,375
Ipixuna	0,486	0,564	0,509	0,387
Território	0,516	0,613	0,525	0,412
Estado	0,713	0,692	0,813	0,634
País	0,766	0,727	0,849	0,723

Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE), Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD)

Ipixuna é o município que apresenta o pior IDH do Estado, sendo o sétimo pior do Brasil. Guajará é o município que apresenta a pior renda per capita e intensidade de pobreza do Estado. Em suma, os três municípios, Ipixuna, Guajará e Envira apresentam um dos piores índices, para o IDH, Renda Per Capita e Intensidade de Pobreza do Estado e do Brasil.

Quadro 7 – Piores Índices de Desenvolvimento Humano – Ranking Estadual e Nacional

Município	IDH		Renda Per Capita		Intensidade de Pobreza		Taxa de alfabetização
	Estado	Brasil	Estado	Brasil	Estado	Brasil	Estado
Ipixuna	1°	7°	2°	15°	4°	23°	2°
Guajará	3°	25°	1°	8°	1°	12°	5°
Envira	5°	39°	4°	30°	2°	13°	4°
Eirunepé	16°		24°		22°		7°

Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE), Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD).

Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade – 1991-2000

Os dados apresentados no Quadro abaixo mostram que o Território tem ficado cada vez mais pobre. Quando comparado o ano de 1991 e 2000, verifica-se que o IDH é o único indicador que apresentou uma pequena melhoria. Os demais indicadores têm demonstrado que a renda per capita tem diminuído; a proporção de pobres aumentou; e o índice de Gine, que mede a concentração de renda dentro do Território.

Quadro 8 - Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade - 1991 e 2000

	IDH 2000	Renda Per Capita 1991	Renda Per Capita 2000	Pobres % 1991	Pobres % 2000	Índice Gini 1991	Índice Gini 2000
Território	0,516	52,6	47,53	81,5	82,7	0,6	0,7
Estado	0,746	180,10	174,10	46,5	53,0	0,62	0,68
Brasil	0,766	230,30	297,23	49,18	46,68	0,63	0,65

Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE), Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD).

Domicílios em situação de pobreza

A situação social do Território é agravada quando se analisa a quantidade de domicílios em situação de pobreza. O total de domicílios do Território é de 12.286, o que corresponde a 2,1% do total existente no Estado.

Quadro 9 - Domicílios em situação de pobreza

Municípios	Domicílios	Domicílios Pobres	
	Totais	Q	%
	(1)	(2)	(2/1)
Eirunepé	4.751	2.290	48,2
Envira	3.028	2.076	68,6
Guajará	2.174	1.015	46,7
Ipixuna	2.333	1.129	48,4
a) Território	12.286	6.510	53,0
b) Estado	580.900	115.018	19,8
c) % de a/b	2,1	5,7	

Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE), Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD)

2.7 Utilização da Terra

O Território tem cerca de 5.167,100 hectares, segundo o Censo Agropecuário de 1995/96 (Quadro 12), sendo que apenas 184.118 hectares ou 3,56% estão sendo utilizados pelas diferentes atividades do Território (produção agropecuária). A área utilizada no Território, equivale a 5,5% da área total utilizada no Estado. Pelos dados apresentados verifica-se que as culturas permanentes e temporárias participam com 1,3% e 5,4%, do total do Estado.

Quadro 10 – Utilização da Terra por Diferentes Atividades.

Municípios	Utilização da Terra (hectares)								Total
	Culturas		Pastagens		Matas e Florestas		Em Descanso	Prudut. Não Utiliz.	
	Perm.	Temp.	Nat.	Plant.	Nat.	Plant.			
Eirunepé	273	2.005	5.675		31.204	28	11	1.463	40.969
Envira	509	1.893	9.033		36.622	46	394	51.822	100.439
Guajará	101	1.671	2.187	6.778	14.503	164	1.080	415	27.142
Ipixuna	363	1.833	185	2.255	9.275		1.331	269	15.568
a) Território	1.246	7.402	17.080	9.033	91.604	238	2.816	53.969	184.118
b) Estado	97.882	137.479	320.616	208.297	2.144.211	1.105	68.971	245.435	3.322.566
c) % de a/b	1,3	5,4	5,3	4,3	4,3	21,5	4,1	22,0	5,5

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 1995/1996).

Segundo o Censo Agropecuário do IBGE (95/96), as pastagens naturais são as que predominam no Território, correspondendo a 17.080 hectares, enquanto que as pastagens plantadas ocupam apenas 9.033 hectares. Porém, segundo informações obtidas no território, junto aos técnicos do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas – IDAM, não existem pastagens naturais nessa região, apenas pastagens plantadas. Na realidade as pastagens ditas naturais são pastagens antigas, daí o equívoco de se chamar pastagens naturais.

As áreas em descanso e produtivas não utilizáveis correspondem a 4,1% e 22,0% do total do Estado. No Território, as terras produtivas não utilizadas são relativamente grandes, correspondendo a 29,3% da área usada, ou seja, são 53.969 hectares que podem ser utilizados para a expansão da atividade agropecuária sem a necessidade de se derrubar ou queimar novas áreas de floresta. Dentro do Território, matas e florestas naturais correspondem 91.604 hectares ou 49,8% dessas áreas, ficando abaixo da média do Estado que é de 64,5%.

2.8 Agricultura Familiar no Território

Segundo o Novo Retrato da Agricultura Familiar (INCRA/FAO, 2000), a agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais:

- a) A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento;
- b) A maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;
- c) A propriedade dos meios de produção pertence à família, e é em seu interior que se realiza a sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

A Agricultura Familiar, mesmo sendo importante no abastecimento interno dos centros urbanos, seja como produtor de produtos alimentícios, seja como fornecedor de matéria-prima para a indústria, a agricultura familiar tem sido relegada a um segundo plano. Além da importância no abastecimento, esse segmento é gerador de ocupação e renda para a população rural.

A agricultura familiar amazônica tem características específicas que precisam ser avaliadas para melhor entender suas dificuldades, a saber:

- O pequeno produtor não está preparado para gerenciar a sua unidade produtiva no que se refere à composição de preços, mercado, despesas com a produção, etc;
- Como é uma produção voltada para a sobrevivência da família, o pequeno produtor não tem preocupação em contabilizar seus gastos com a produção e nem com o faturamento da venda, pois o relevante é obter recursos financeiros para adquirir mercadorias não produzidas em sua unidade produtiva e que são básicas para o consumo familiar. Contudo, é interessante ressaltar que para aqueles produtos voltados exclusivamente para o mercado, como é o caso das matérias-primas (malva e juta, por exemplo), existem estimativas bem realistas sobre as despesas efetivamente realizadas e sobre a receita obtida com a venda desses produtos;
- A ausência desse registro contribui para o produtor vender sua produção a preços inferiores ao custo de produção o que só é possível porque a força de trabalho empregada na atividade agrícola é constituída pela família, possibilitando a venda de seus produtos a preços baixos, suficientes apenas para remunerar a mão-de-obra familiar empregada na produção;

•Os pequenos produtores se defrontam com uma cadeia de intermediação que os separa do consumidor final, seja por estarem mais dispersos e desorganizados, ou por não disporem de meios de transporte próprio ou a custo reduzido para comercializar sua produção nos centros urbanos. Essa característica beneficia o capital comercial que compra a preços módicos e vende a preços elevados;

•Existe um agravante que reforça a posição vantajosa dos comerciantes: os pequenos produtores comercializam seus produtos sem nenhum beneficiamento e, por conseqüência, sem qualquer valor agregado;

•Relação adaptativa com a natureza, isto é, os pequenos produtores organizam toda sua estratégia de sobrevivência de acordo com o ambiente de várzea e terra-firme e o período de cheia/vazante dos rios. Assim, toda a sua atividade produtiva tem uma sintonia com o meio ambiente. Existem as atividades exploradas unicamente na época da cheia, caso dos produtos extrativos e das culturas permanentes localizados nas áreas de terra firme. E há os produtos de ciclo curto mais explorados nas áreas de várzea e durante a vazante dos rios. Só a pesca é uma atividade praticada nas áreas de várzea tanto na época da enchente como da vazante, seja para subsistência, seja para o mercado. Na época da enchente, mesmo as comunidades cuja atividade principal é agricultura, também se voltam para a atividade pesqueira por ser uma alternativa de produção e por coincidir com o período de maior incidência dos “peixes brancos” (jaraqui, pacu, sardinha e branquinha) que ocorre nos meses de maio e junho, o que lhe proporciona uma renda adicional;

•Outra característica é a pluriatividade que compreende a prática de atividades agrícolas e não-agrícolas na unidade produtiva. A produção familiar trabalha com um diversificado elenco de produtos, cultivados/explorados nas unidades produtivas, seja para subsistência seja para o mercado, incluindo produtos alimentares, como frutas, olerícolas e pescado, matéria-prima para a indústria, produtos extrativos vegetais, criação de pequenos animais e, algumas vezes, pecuária familiar (um pequeno plantel de bovinos). Além dessas, outras atividades podem ser exercidas pelos membros da família como funções públicas (magistério, agentes de saúde), fabricação de pães, venda de cosméticos, artesanato, construção naval (de canoas e batelões), entre outras, e que são componentes importantes da renda familiar.

3 O PTDRS DO ALTO JURUA

Como elencado anteriormente temos para a edificação do PTDRS os dados coletados nas oficinas do 1º e 2º ciclos e o Estudo Propositivo para Dinamização Econômica do Território. Assim, as informações abaixo são resultado desses processos e, posteriormente, substanciarão a versão “final” do Plano Territorial do ALTO JURUA.

3.1 Visão de Futuro

De posse de informações advindas do conhecimento da realidade, bem como a partir de dados secundários, os agentes de desenvolvimento territorial definiram a Visão de Futuro, qual seja:

- Em quinze anos as pessoas no território terão cidadania plena.
- Desenvolvido economicamente, ecologicamente conservado e socialmente justo.

3.2 Auto-Diagnostico

Para que pudessem chegar no momento da planificação em si, os membros da CIAT realizaram um diagnóstico participativo, focando as Oportunidades e Ameaças (inscritos no ambiente externo) e os pontos fortes e fracos do território (contexto interno), cujos resultados encontram-se a seguir:

Quadro 11 – Fortalezas, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças concebidas no Território do Alto Jurua.

FORTALEZAS	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Açúcar mascavo • Produção Agrícola (Mandioca, milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar, café, entre outros) • Pecuária • Extrativismo (andiroba, madeira, Borracha) • Pesca Artesanal 	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento do mercado consumidor • Produtos extrativistas • Pecuária • Possibilidade de industrialização dos produtos agrícolas • Intercâmbio • Oficinas da SDT • Garantia de Mercado para a borracha, madeira, óleos, etc. • PROINF • Crédito do PRONAF • Crédito da AFEAM (Agência de Fomento do Amazonas) • Suframa

FRAQUEZAS	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de vias de acesso • Falta de tecnologia • Linhas de crédito e recursos de fomento • Questão fundiária • Falta de assessoria na parte burocrática para as organizações sociais • Precariedade nas entidades de classe dos trabalhadores • Precariedade no controle de qualidade de produtos industrializados • Escoamento da Produção • Estrutura para comercialização (Galpão, Máquinas, Barcos de apoio, Assistência Técnica) • Qualidade do produto • Comunicação • Ausência de Planos de manejo da propriedade • Áreas legalizadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação ambiental • Falta de investimento, principalmente em infra-estrutura • Sanções comerciais por grupos econômicos

3.3 Eixos Aglutinadores

Dando prosseguimento o colegiado territorial definiu os eixos prioritários para o Plano, que expressam as prioridades do território, ao mesmo tempo em que mobiliza os agentes de desenvolvimento territorial:

SOCIAL	ECONÔMICO	INFRA - ESTRUTURA
Educação	Produção Agrícola e Extrativista (extrativismo, mandioca, cana-de-açúcar, grãos, piscicultura, pesca artesanal.	Questão fundiária

Por fim, apresentamos as ações iniciais para o PTDRS, organizados pelos eixos aglutinadores

Eixo Aglutinador: Educação

- 1) Fortalecimento das entidades representativas de classe, através da capacitação de seus representantes;
- 2) Criação e aparelhamento de espaços físicos nos Municípios para o desenvolvimento das atividades da CIAT;
- 3) Articulação com o Poder Público, após um trabalho de melhoria de higiene, para compra da merenda escola dos agricultores familiares;
- 4) Criação de cooperativas e / ou associações.

Eixo Aglutinador: Produção Agrícola e Extrativista (extrativismo, mandioca, cana-de-açúcar, grãos, piscicultura, pesca artesanal)

- 1) Realização de cursos de capacitação de produtores na área de agroindústria;
- 2) Capacitação dos técnicos objetivando otimizar sua ação de assessoria ao território;
- 3) Articulação de parcerias entre os Municípios e entidades afins no intuito de legalizar a exploração racional de produtos extrativistas;
- 4) Intercâmbio comercial entre Municípios na absorção de excedentes;
- 5) Melhorar o acesso ao crédito;
- 6) Realizar contratos mercado externo;
- 7) Construção de frigoríficos.

Eixo Aglutinador: Questão fundiária

- 1) Criação de projetos de assentamento extrativista.
- 2) Criação de projetos de manejo.